

**REFLEXOS DO MODELO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA SAÚDE DOCENTE:
RECORTE DE UMA PESQUISA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA
BRASILEIRA**

Consequences of research model in teacher's health: a survey in a Brazilian Public University

Conséquences du modèle de recherche scientifique dans la santé des enseignants: une enquête dans une Université Publique Brésilienne

Reflejos del modelo de posgrado en la salud de docentes: una investigación en una Universidad Pública Brasileña

Fernanda da Conceição Zanin¹©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia, Curitiba, PR, Brasil²

Luis Allan Kunzle³©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Informática, Curitiba, PR, Brasil

Brendha Rodrigues de Lima⁴©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Estatística, Curitiba, PR, Brasil

Marcia Marzagão Ribeiro⁵©

Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, Curitiba, PR, Brasil

Resumo

A participação em programas de pós-graduação se tornou, ao longo dos anos, uma das principais atividades dos docentes das universidades federais brasileiras. Esta atividade, assim como todas as atividades humanas está subsumida a processos de determinação social que têm sua origem em um modelo societário baseado sobretudo na acumulação financeira. Estes processos atuaram e transformaram a pós-graduação e seus atores, impondo um modelo de produção científica quantitativo, competitivo e produtivista. O marco teórico da pesquisa aqui apresentada é a Epidemiologia Crítica e a Determinação Social da Saúde. Os objetivos do trabalho consistem em estabelecer relações entre o trabalho na pós-graduação e a saúde docente e, principalmente, identificar os principais processos críticos relacionados a esta atividade. Neste artigo foram analisados os dados extraídos de uma pesquisa realizada entre julho de 2014 e julho de 2015. Conclui-se que atividade de pesquisa e pós-graduação se constitui um espaço dialético, em que estão presentes tanto processos críticos protetores quanto destrutivos, pois, de um lado, esta atividade permite aos docentes exprimir sua criatividade na pesquisa e na formação de novos pesquisadores, mas, por outro lado, está submetida a um modelo de avaliação produtivista, competitivo, meritocrático, que implica estresse e sobrecarga de trabalho.

Palavras-chave: Saúde; Professor Universitário; Educação de Pós-graduação.

¹ ferczanin@gmail.com

² Rua Doutor Alcides Vieira Arcoverde, 1193

³ lakunzle@pm.me

⁴ brendharlima@gmail.com

⁵ marzagaomarcia@gmail.com

Abstract

Participation in postgraduate programs has become one of the main activities of teachers in Brazilian federal universities. This activity, like all human activities, is subsumed to processes of social determination that have their origin in a model of society based on financial accumulation. These processes acted and transformed the postgraduate and its actors, imposing a quantitative, competitive and productive model of scientific production. The theoretical framework of this research is Critical Epidemiology and Social Determination of Health. The objectives of the work are to establish relationships between postgraduate work and the health of teachers and identify the main critical processes related to it. In this article, the data extracted from a survey conducted between July 2014 and July 2015 was analyzed. It is concluded that research and postgraduate activities are a dialectical space, in which critical protective and destructive processes are present. On the one hand, this activity allows researchers to express their creativity in research and in the training of new researchers; on the other hand, it is subject to a meritocratic, competitive, productive evaluation model, which implies stress and work overload.

Keywords: Health; Faculty; Graduate.

Résumé

La participation à des programmes d'investigation scientifique est devenue l'une des principales activités des enseignants des universités fédérales brésiliennes. Cette activité, comme toutes les activités humaines, est subsumée à des processus de détermination sociale qui trouvent leur origine dans un modèle de société fondé sur l'accumulation financière. Ces processus ont agi et transformé l'investigation et ses acteurs, imposant un modèle quantitatif, compétitif et productif de production scientifique. Le cadre théorique de ce travail est l'épidémiologie critique et la détermination sociale de la santé. Les objectifs sont d'établir des relations entre le travail d'investigation et la santé des enseignants et d'identifier les principaux processus critiques qui y sont liés. Dans cet article, les données extraites d'une enquête menée entre juillet 2014 et juillet 2015 ont été analysées. Il est conclu que la recherche et les activités de formation doctorale sont un espace dialectique, dans lequel des processus critiques de protection et de destruction sont présents. D'une part, cette activité permet aux chercheurs d'exprimer leur créativité dans la recherche et dans la formation de nouveaux chercheurs; d'autre part, elle est soumise à un modèle d'évaluation méritocratique, compétitif et productif, ce qui implique du stress et une surcharge de travail.

Mots clés: Santé; Enseignants; Enseignement Supérieur.

Resumen

La participación en programas de posgrado se ha convertido en una de las principales actividades de los docentes en las universidades federales brasileñas. Esta actividad, como todas las actividades humanas, está subsumida a procesos de determinación social que tienen su origen en un modelo de sociedad basado en la acumulación financiera. Estos procesos actuaron y transformaron la postgrado y sus actores, imponiendo un modelo cuantitativo, competitivo y productivo de producción científica. El marco teórico de esta investigación es la Epidemiología Crítica y la Determinación Social de la Salud. Los objetivos del trabajo son establecer relaciones entre el trabajo en posgrado y la salud de los docentes y identificar los principales procesos críticos relacionados con él. En este artículo, se analizaron los datos extraídos de una encuesta realizada entre julio de 2014 y julio de 2015. Se concluye que las actividades de investigación y posgrado son un espacio dialéctico, en el que están presentes procesos críticos protectores y destructivos. Por un lado, esta actividad permite a los docentes expresar su creatividad en la investigación y en la formación de nuevos investigadores; por otro lado, está sujeta a un modelo de evaluación meritocrático, competitivo, productivo, que implica estrés y sobrecarga de trabajo.

Palabras clave: Salud; Docentes; Educación de Postgrado

Introdução

A universidade pública brasileira, sobretudo após a Constituição de 1988, estruturou-se em um tripé de atividades de ensino, pesquisa e extensão (Maciel & Mazzilli, 2010), ao qual incorporou-se, para garantir seu funcionamento operacional, um quarto elemento: a gestão. Esta estrutura acadêmico-administrativa reestruturou o trabalho docente nas universidades públicas.

O peso atribuído a cada uma destas atividades também evoluiu ao longo do tempo e este processo impôs mudanças significativas no modo e na carga de trabalho. Diversos fatores, externos e internos ao sistema federal de ensino superior, foram responsáveis por redefinir o papel e a relevância das diferentes atividades acadêmicas. O principal fator externo foi a imposição, via MEC e órgãos de fomento, de modos neoliberais de gestão e de controle. Exemplos recentes de mudanças dessa ordem que afetaram as universidades públicas são aquelas promovidas pelos diferentes governos da nova república: as várias reformas da previdência, que fizeram com que um número elevado de docentes experientes antecipassem a aposentadoria para não serem prejudicados por essas reformas; a criação de gratificações vinculadas a produtividade, a partir das quais se estabeleceu um modo de trabalho baseado em “quantidade de produtos” gerados e não em sua qualidade e seu vínculo com a mudança da realidade social. Muitos outros exemplos podem ser incluídos nesta lista. Um exemplo importante, que combina fatores de ordem externa e interna, foram os planos de expansão das universidades sem a devida contrapartida de recursos físicos e humanos que, a despeito do mérito em aumentar o número de vagas públicas, geraram sobrecarga de trabalho para os servidores. Isto é suficientemente claro com os números referentes à Universidade Federal de Minas Gerais. Em Valle (2014, p. 149), constata-se que, no período entre 2002 e 2010 (basicamente durante todo o governo de Lula da Silva), o número de matrículas teve um aumento de 50% na graduação, 54% na pós-graduação *stricto-sensu*, 50% na especialização e 77% na residência médica. A área física construída teve aumento de 16%. Entretanto, nesse mesmo período, o número de docentes aumentou apenas 13% e o aumento no número de técnicos administrativos não alcançou 7% (Valle, p. 151). Este cenário se repete para todas as demais universidades federais, mas foi ainda mais grave nas novas universidades implantadas nesse período. O desmonte da carreira dos servidores técnicos administrativos teve como consequência a transferência aos docentes de parte do trabalho por eles realizado. No que se refere à disponibilidade de recursos para o financiamento das pesquisas científicas, o modelo implementado pelos organismos governamentais de fomento, pelos fundos setoriais e também pelas universidades, consiste na abertura de editais, para os quais os docentes necessitam dedicar um grande número de horas de trabalho na construção de projetos que sejam suficientemente competitivos para ter acesso a esses recursos. Em caso de sucesso, que atinge uma pequena parcela das propostas apresentadas, o docente terá uma carga também alta de horas de trabalho para comprovar o correto uso dos recursos de acordo com a legislação vigente.

Outro fator importante de alteração do modo de trabalho dos docentes vinculados a programas de pós-graduação se deu na forma de valoração da produção da pesquisa científica

e no estabelecimento de critérios mais rígidos referentes ao processo de titulação de novos pesquisadores. Estas modificações foram decorrentes do modelo quantitativo e produtivista de avaliação dos programas de pós-graduação implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). É importante ressaltar dois elementos de análise. O primeiro refere-se ao fato que este modelo foi construído e referendado pelos principais pesquisadores das próprias universidades, através de comitês assessores nacionais compostos por docentes eleitos e/ou indicados pelos programas melhor ranqueados. O segundo, vinculado sem dúvida ao primeiro, é que em geral o processo de implantação impôs regras ainda mais exigentes no interior dos programas, muitos dos quais passaram a estabelecer critérios extremamente rígidos de produtividade para o corpo docente e de tempo máximo de titulação e número mínimo de publicações em periódicos referenciados para os estudantes. O resultado desse modelo é ainda hoje comemorado por governos, universidades e programas, uma vez que se constatou um incremento de 95% de docentes vinculados a programas de pós-graduação e o número de publicações feitas pelos docentes teve aumento de 105% a 392%, conforme diferentes áreas de conhecimento. Entretanto, diversos “efeitos colaterais” desse processo passaram a fazer parte do cotidiano acadêmico, entre os quais o fato que os docentes que não alcançam a produtividade em número de artigos passaram a ser considerados “improdutivos” (Bosi, 2007) e a cobrança pela produção de artigos indexados tem sido transferida aos estudantes de pós-graduação, sob pena de serem impedidos de defender suas dissertações ou teses. Estas e outras mudanças, que não foram abruptas e sim ocorreram paulatina e incessantemente ao longo dos anos, modificaram o peso e a valoração das atividades acadêmicas. Há um evidente prestígio associado ao pertencimento a programas de pós-graduação *stricto-sensu*, principalmente se este estiver bem colocado no ranqueamento da CAPES. Ou seja, valoriza-se a pós-graduação em detrimento das demais atividades acadêmicas. O ensino resume-se a atender as normativas mínimas determinadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A extensão é completamente desvalorizada, sendo realizada por poucos servidores e estudantes abnegados. Nesse contexto, as atividades de gestão administrativa e pedagógica são rejeitadas e em geral atribuídas a docentes considerados como “improdutivos”.

Considerando esse cenário, a proposta deste trabalho é analisar, especificamente, a percepção dos docentes sobre os efeitos da intensificação do trabalho nas atividades relacionadas à pós-graduação e o reflexo desta intensificação em suas condições de saúde e adoecimento, a partir dos dados sistematizados de uma pesquisa quali-quantitativa de caráter mais amplo sobre as condições de trabalho e saúde dos docentes da Universidade Federal do

Paraná (UFPR), realizada pela Associação de Professores da UFPR, em conjunto com o Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPR. Ressalta-se que o recorte temporal dos dados se refere ao período compreendido entre os meses de julho de 2014 e julho de 2015, ou seja, ainda sob o segundo governo de Dilma Rousseff, anterior ao golpe parlamentar que a destituiu. Os períodos políticos que se seguiram trouxeram insegurança à autonomia (didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial) das universidades e têm modificado ainda mais o trabalho acadêmico nas universidades federais, mas este quadro não faz parte do presente estudo.

O texto a seguir é composto pelas seguintes seções. Inicialmente é apresentado um breve histórico das publicações relacionadas à sobrecarga de trabalho nas atividades de pós-graduação. Em seguida é apresentado o marco conceitual teórico no qual a pesquisa se referencia. A seção subsequente discorre sobre a metodologia adotada. A penúltima seção contém uma análise dos dados da pesquisa referentes às relações entre a sobrecarga de trabalho resultante do modelo de pós-graduação e as condições de saúde dos docentes. Por fim são discutidos os resultados e apresentadas as considerações finais.

Sobrecarga de trabalho na pós-graduação e adoecimento: um breve histórico

No biênio 1996-1997 a CAPES implantou sua primeira versão do processo de avaliação dos programas de pós-graduação. O principal objetivo desse modelo era uniformizar o sistema, para estabelecer parâmetros de comparação entre os programas, de forma a classificá-los e impor mecanismos de competitividade entre eles. Três principais critérios, todos quantitativos, estavam no cerne desse sistema: a qualificação do corpo docente, o tempo de titulação e o volume de produção bibliográfica dos docentes. A comunidade acadêmica foi surpreendida pelo descredenciamento de vários programas de pós-graduação já na primeira aplicação do modelo de avaliação, por não cumprirem os critérios recém estabelecidos. (Horta & Moraes 2005). No entanto, esse sistema de avaliação se consolidou e alguns elementos da conjuntura social, política e acadêmica permitem compreender sua aceitação nas universidades públicas.

Neste mesmo período o Brasil estava em processo de consolidação do seu sistema nacional de pós-graduação. O país já vinha realizando significativos investimentos na formação de doutores no exterior. Esta política pública garantia o atendimento ao primeiro critério de avaliação e a chegada desses novos docentes titulados ampliou a oferta de programas de pós-graduação. O segundo critério, que impôs um rigoroso controle nos tempos máximos de titulação, aumentou a “eficiência operacional” na formação de pesquisadores e evidenciou a

opção pelo critério quantitativo em detrimento do uso de elementos de avaliação qualitativos. O terceiro critério, que privilegia a publicação em revistas indexadas, já estava consolidado nas principais universidades dos países centrais e já estava subsumido por parte significativa dos docentes formados nessas universidades, que passaram a compor os novos programas de pós-graduação. Um outro elemento importante deste período de implantação do processo de avaliação foi o discurso governamental, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Bresser Pereira, dois políticos oriundos do meio acadêmico, de “modernização” do Estado brasileiro, com a adoção de mecanismos de gestão neoliberal, entre elas as avaliações quantitativas de caráter produtivista. Como já apresentado, esse modelo de avaliação se consolidou e também se complexificou, passando de avaliações bianuais a trianuais e, recentemente, a quadrianuais.

No início dos anos 2000, em nível internacional, um significativo número de publicações passou a criticar esse novo modo de produção acadêmica, alcunhado como *publish or perish* (Dessibourg, 2005). Na sequência, várias publicações nacionais denunciaram o caráter quantitativo da avaliação e a crescente valorização das atividades de pesquisa e pós-graduação em detrimento das demais atividades acadêmicas (Lopes, 2006; Bosi, 2007; Sguissardi & Silva Junior, 2009). Também nesse período diversos autores analisam o “capitalismo acadêmico” que toma conta do espaço de trabalho nas universidades públicas (Léda, 2006; Zaia, 2008; Lima & Struwka, 2010; Maués 2010). As implicações deste modelo de produção científica sobre a saúde docente surgem na segunda metade da década de 2000-2010 focam principalmente na sobrecarga e na precarização de trabalho (Mendes, et al, 2007; Léda, & Mancebo, 2009; Biachetti & Machado, 2010; Silva Junior, et al., 2010; Pinto e Silva, Silva Junior, 2010; Battini 2011; Campos, 2011; Lemos, 2011; Machado & Bianchetti 2011; Zanin, et al., 2013). Logo a seguir começaram a surgir pesquisas que estabeleceram relações de causalidade entre a atividade de pós-graduação e diversas patologias (Santana, 2011). Nos últimos anos tem aumentado significativamente o número de pesquisas, agora com ênfase no adoecimento psíquico de docentes que atuam em programas de pós-graduação (Coutinho, et al. 2011; Bernardo, 2014; Ruza, 2017).

Um elemento preocupante referente a encaminhamentos decorrentes destes estudos é o fato que várias das publicações analisadas associam o adoecimento ao estilo de vida do docente (sedentarismo, descuido com alimentação, falta de exercícios físicos), individualizando a culpa. O mesmo ocorre nas administrações universitárias, onde os setores de recursos humanos e/ou gestão de pessoas acreditam poder resolver o adoecimento docente por meio de palestras de “conscientização” na escolha de estilos de vida “saudáveis”.

Marco teórico da pesquisa

A pesquisa na qual este trabalho está inserido tem como marco teórico a Epidemiologia Crítica, definida a partir do paradigma da determinação social da saúde (Breilh, 2010; 2013). Desta forma, considera-se superficial e incompleta a caracterização do adoecimento decorrente das atividades acadêmicas de pós-graduação somente a partir de um conjunto de sintomas e patologias que indivíduos passam a apresentar ao atuarem nestas atividades, sejam como docente ou como estudante de pós-graduação. Também serão insuficientes as iniciativas de atuar de maneira focalizada em sintomas e patologias a partir do uso de fármacos ou outras tecnologias biomédicas. De mesmo modo, as mudanças de estilo de vida, em geral benéficas pontual ou temporalmente, acabam por criar a médio ou longo prazo um quadro mais agravado, pois o indivíduo, ainda com a saúde física e mental degradada, passa a se culpabilizar por não ser capaz de superar suas condições de adoecimento. As relações de causalidade entre fatores de risco e suas manifestações físicas ou psíquicas não são capazes de dar conta da totalidade de elementos que representam uma vida saudável, em todos os seus aspectos.

Em Epidemiologia Crítica considera-se que em uma dimensão mais ampla, geral, há uma determinação social da saúde imposta por um modelo socioeconômico que tem como principal elemento propulsor a acumulação de capital. Diversos elementos são constitutivos deste modelo, como a divisão social em classes, o patriarcado e a heteronormatividade, o racismo e a natureza como fonte inesgotável de recursos, que foram impostos como valores naturalizados. Além disso, essa acumulação tem assumido um caráter cada vez mais predatório, acelerado, a partir das novas tecnologias de informação e da expropriação de bens naturais.

A determinação social não se esgota no seu caráter geral, mas atua também sobre as demais esferas da vida social. Em uma dimensão particular, coletividades são subsumidas por esse conjunto de valores e passam a reproduzir, dentro de seu âmbito, processos de acumulação. Em uma dimensão singular, indivíduos também são subsumidos por esses valores de seus ambientes coletivos. Este não é, entretanto, um processo rígido, de mão única. Indivíduos, em sua singularidade, e também as diferentes formas de agrupamento social, dispõem de uma autonomia relativa que permite que se estabeleçam relações dialéticas entre as diferentes dimensões, do singular ao geral. E é na dimensão singular, individual, que as manifestações patológicas são evidenciadas. Mas estas manifestações e variáveis de controle e fatores de risco a elas associadas, são apenas a “ponta do iceberg” do que representa a saúde como um conceito mais completo. Desta forma, um perfil epidemiológico crítico busca identificar, em todas as dimensões, quais são os “processos críticos”, destrutivos ou protetores associados ao

metabolismo social e aos diferentes modos de determinação (reprodução social, relações de poder, relações culturais, territorialidade, entre outros). O resultado é uma “matriz de processos críticos” a partir da qual é possível estabelecer estratégias de ação não pontuais ou isoladas.

A determinação social do trabalho acadêmico deve, portanto, ser pensada em todas as dimensões sociais. O modelo de acumulação capitalista, através dos organismos internacionais que o representam, busca impor aos governos sua agenda neoliberal, com diversas receitas, entre as quais a redução do Estado, com a privatização inclusive dos serviços sociais. Cada governo, por sua vez, estabelece sua própria agenda, de acordo com sua conjuntura interna. No governo FHC, o sistema privado de ensino superior se estruturou no Brasil, tendo tido um aumento de 111% no número de instituições, a partir de um forte apoio governamental, via financiamentos públicos (Traina-Chacon & Calderón, 2015). O ensino superior público, apesar de aumentar 50% o número de matrículas nesse mesmo governo, teve redução no quadro de servidores e sofreu fortes restrições orçamentárias. No governo Lula da Silva a rede federal de ensino superior teve forte expansão, com a implantação de novas universidades, mas o aumento em orçamento e em número de servidores foi insuficiente, como já descrito anteriormente. Em relação ao setor privado de ensino superior, o governo Lula da Silva manteve os privilégios do governo FHC, através de isenções fiscais, o que lhe garantiu uma das melhores rentabilidades enquanto modelo de negócios. No que se refere à pós-graduação pública federal, houve também grande expansão, mas o modelo de avaliação quantitativo da CAPES, não somente foi mantido como aprimorado, em um viés meritocrático, em que os programas com melhor avaliação são agraciados com as maiores fatias das verbas e aqueles com baixa avaliação se veem obrigados a buscar melhores resultados com um volume inferior de recursos, tanto em proporção como em valores absolutos.

A política de ensino superior definida pelo governo federal também é subsumida por cada universidade de acordo com suas realidades específicas. De acordo com a conjuntura local e as relações de poder entre reitoria, movimento dos servidores e estudantil estabelece-se o nível de autonomia relativa que terá a universidade. Isto permite entender por que os diversos programas governamentais têm implementação diferente em cada universidade federal.

A Universidade Federal do Paraná, tal como as demais universidades federais, foi submetida ao conjunto de políticas federais e também a políticas do Estado do Paraná referentes ao ensino superior e aos editais de financiamento de pesquisa e pós-graduação. A maneira e a amplitude como essas políticas foram implementadas foi resultado de um processo dialético de lutas entre administração, servidores, estudantes e comunidade. A principal premissa da pesquisa em andamento, parte da qual é apresentada neste trabalho, é que uma das

consequências deste conjunto de políticas de ensino superior, em todas as diferentes dimensões, do geral ao particular, especificamente no que se refere ao modelo de pós-graduação, tem relação direta com o adoecimento docente. Nas próximas seções vamos analisar dados da pesquisa referentes a esta hipótese.

Método

A discussão sobre saúde dos docentes tem sido travada no Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior do Brasil (ANDES-SN) desde a década de 2000, impulsionada pelo Grupo de Trabalho em Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA). O debate sobre o modelo de pesquisa e pós-graduação, por sua vez, tem sido um dos principais temas de estudo do Grupo de Trabalho em Ciência e Tecnologia (GTC&T). Estes dois grupos realizaram, ao longo das últimas duas décadas, diversos seminários, debates, encontros e mesas redondas com o objetivo de aprofundar análises e divulgar esta problemática para a comunidade acadêmica. Em 2012, o GTSSA, buscando entender como a comunidade docente percebe as relações entre suas condições de trabalho e a saúde, propôs a realização de uma pesquisa nacional sobre a saúde docente. Elaborou-se então um instrumento de avaliação a ser aplicado pelas seções sindicais de cada universidade. A APUFPR, por meio do GTSSA local, decidiu por adaptar e estender o instrumento nacional e construiu um projeto local que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPR e registrado na Plataforma Brasil sob o número 13352613.0.0000.0102. Os resultados aqui apresentados referem-se exclusivamente à pesquisa realizada com servidores docentes do quadro permanente da UFPR. A proposta inicial do ANDES-SN, referente a uma pesquisa de caráter nacional, ainda não se consolidou.

O instrumento de coleta de dados da pesquisa da APUFPR é dividido em quatro seções: perfil pessoal e profissional, condições dos ambientes de trabalho, relações interpessoais de trabalho e perfil de saúde. Os aplicadores foram estudantes e docentes de diferentes áreas de saúde da universidade, que passaram por diversas oficinas de formação em saúde coletiva e de estudo sobre o instrumento de coleta de dados. A metodologia adotada foi de amostragem aleatória estratificada. O tamanho da amostra foi de 390 docentes do quadro permanente, de um universo de aproximadamente 2.300 docentes (nível de confiança superior a 95% e nível de significância de 5%). A amostra foi construída por sorteio obedecendo a uma estratificação baseada em sexo, regime de trabalho (20 horas, 40 horas sem dedicação exclusiva ou 40 horas com dedicação exclusiva), titulação (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) e tipo de carreira (magistério superior ou ensino tecnológico). A partir de dados obtidos na Pró-

Reitoria de Gestão de Pessoas da UFPR foi possível caracterizar o universo de docentes, que se constitui pelas seguintes características: dentre os efetivos e substitutos, 40% são do sexo feminino e 60% masculino. Possuem doutorado 75%, mestrado 21% e os 4% restantes são graduados ou especialistas. 77% trabalham em regime de 40 horas com Dedicção Exclusiva, 15% em 20 horas e 8% em 40 horas. Na carreira de ensino superior são 97% e apenas 3% na carreira de ensino básico, técnico e tecnológico. O conjunto de docentes distribui-se de forma não homogênea entre os diversos setores da universidade, assim como a faixa etária e por tempo de serviço.

Cada docente sorteado foi contactado para agendamento da entrevista; em caso de recusa, um novo docente foi sorteado, respeitando a estratificação apontada acima. A aplicação do questionário foi realizada por entrevista pessoal, cuja duração variou entre 40 minutos e três horas. Um aspecto fundamental desta pesquisa é que a atividade de coleta de dados se converteu em um momento de reflexão do docente sobre seu processo de trabalho.

Alguns resultados que correlacionam atividade de pós-graduação e saúde

Dos 390 respondentes da pesquisa, 37,9% docentes declaram não estar vinculados a qualquer programa de pós-graduação. Quando questionado o motivo dessa não vinculação, diversas foram as respostas, dentre elas as que mais se destacaram foram: 20,2% dizem não ter formação suficiente para tal; 14,6% constataram que possuem excesso de trabalho e estar na pós-graduação aumentaria mais ainda a quantidade de atividades a realizar; e 10,1% não teriam produção suficiente para serem admitidos em um programa de pós-graduação. Um dado que chama atenção foi o fato de que, desses professores que declararam não fazer parte de programa algum, 53,3% possuem a titulação de doutor, o que seria o primeiro pré-requisito para se habilitar a ingressar em um programa.

Quando volta-se o olhar para os docentes que responderam estar vinculados a algum programa de pós-graduação, ou seja, 62,1% dos respondentes, dentre os motivos declarados de assim estar foram: 36,1% encontram na pós um espaço para desenvolver pesquisas; 18,7% estão por querer participar da formação de novos pesquisadores e docentes; e 12,9% estão por isso fazer parte da função de professor universitário ou por se sentirem obrigados a estar em tal lugar, por conta do contrato de dedicação exclusiva. A esses mesmos docentes vinculados foi perguntado se o programa seria da UFPR ou de outra instituição, bem como se o programa era *Stricto sensu* ou especialização não remunerada e se seu vínculo era enquanto docente

permanente ou colaborador: a grande maioria está em pós-graduação da UFPR (97,1%) e *stricto sensu* (95,7%), como permanente (87,1%).

Ainda no que diz respeito ao perfil dos professores que têm vínculo em pós-graduação, nota-se uma aproximação com os resultados dos demais professores participantes da pesquisa. A maioria dos professores vinculados estão entre 41 e 50 anos de idade (39,3%), são do sexo masculino (60,3%), estão casados (68,6%) e tem filhos (71,5%). Quanto ao ano de ingresso e regime de trabalho, há diferença do restante da população estudada: os docentes de pós-graduação, majoritariamente, têm regime de trabalho de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva (86,8%) e ingressaram na UFPR nos anos 2000 (43,8%).

Quando questionado aos pesquisados sobre a existência de metas dentro da UFPR, assim como, perguntado se estas seriam abusivas, e se, o docente se sentia pressionado a cumpri-las ou se essas metas, degradariam sua saúde, nota-se divergência nas respostas dos professores que faziam parte de algum programa de pós-graduação. Na população pesquisada, 72,3% indicava a existência de metas em seu trabalho na UFPR, enquanto esse número, quando se trata do professor vinculado à pós-graduação, aumenta para 85,5%. Metas estas pelas quais 49,2% dos professores da instituição, declaram se sentir pressionados a atingi-las, à medida que, ao selecionar somente as respostas dos docentes vinculados à pós-graduação, vê-se um aumento de mais de 13%, ou seja, 62,8% dos vinculados se sentem pressionados pelas metas. Outro dado que chama atenção é referente ao fato de que, quando questionados se essas mesmas metas lhes pareciam abusivas, mesmo tendo considerado que se sentem pressionados por elas, somente 30,5% da população geral responde sim, ao passo que, 35,5% dos professores de pós-graduação consideram as metas abusivas.

Quando perguntado quais exatamente eram suas metas, esses mesmos docentes apresentaram respostas como: produzir artigos para revistas indexadas ou capítulos de livros, orientar um número específico de estudantes, fazer pesquisa, independente do tema ou qualidade, dar um número específico de disciplina na pós, cumprir funções burocráticas (envio de relatórios e prestações de contas, todos com prazos), fazer parte de bancas e eventos científicos da área, assumir cargo dentro do programa, angariar recursos financeiros através de sua pesquisa, ou mesmo metas autoimpostas.

Cabe também comentar que, apesar de não haver no instrumento de pesquisa uma pergunta direta entre saúde docente e atuação na pós-graduação, uma correlação entre essas duas variáveis pode ser estabelecida a partir de outras variáveis. Por exemplo, chama atenção que 43,8% dos docentes vinculados à pós-graduação sentem sua saúde degradada. Além disso, 46,7% dos professores de pós-graduação fazem tratamento medicamentoso com prescrição

médica, e essas medicações, em sua maioria, serem voltadas para o sistema cardiovascular, bem como para sintomas referentes à saúde mental, sobretudo, uso de ansiolítico e antidepressivo.

Por fim, ao responder à pergunta “O que o gratifica na sua vida acadêmica?”, apenas 29,3% dos docentes vinculados à pós-graduação, responderam espontaneamente que as atividades a ela vinculadas são gratificantes. Ademais, quando questionados sobre “Qual o sentido do seu trabalho?”, apenas 10,3% dos docentes ligados a programas de pós-graduação mencionam por si só as atividades da pós como parte do sentido do trabalho. Por outro lado, ao se depararem com a questão “O que o incomoda na sua vida acadêmica?” somente 12,8% dos vinculados apontaram as atividades referentes à pós-graduação como incômodas em seu cotidiano de trabalho. No entanto, quando solicitados a destacar três atividades de seu cotidiano acadêmico que desgastavam sua saúde, 26,4% dos professores participantes de pós-graduação citaram espontaneamente, ao menos uma vez, a pós-graduação como desgastante. Posteriormente, foi perguntado de que maneira, então, essa degradação ocorreria e dentre as mais respondidas obteve-se que 31,1% indicaram a existência de reflexos diretos das diversas atividades vinculadas à pós-graduação (sem citar uma em específico) em sua saúde; 26,6% comentaram que seriam as exigências e cobranças dos programas ou das agências de fomento que desgastavam sua saúde; 23,4% apresentaram a falta de condições de trabalho; e 21,9% citaram as orientações dos estudantes, a relação interpessoal com os mesmos ou a correção de suas teses e dissertações como desgastantes.

Discussão e considerações finais

Os dados apresentados na seção anterior abrem um amplo espectro de análise das condições de trabalho nos programas de pós-graduação das universidades públicas e suas relações com a saúde dos docentes. Apesar de se referirem a uma amostragem de uma única universidade federal, dentro de um recorte temporal específico, considera-se que estes resultados são representativos para o conjunto de instituições de ensino superior públicas brasileiras. As discussões aqui apresentadas têm se tornado recorrentes nas publicações que relacionam trabalho dos docentes de ensino superior e saúde (Bianchetti & Machado, 2010; Battini 2011; Campos, 2011; Coutinho, et. al., 2011; Santana, 2011; Bernardo, 2014; Ruza 2017). Pontuam-se a seguir os dados considerados mais relevantes.

Um dos primeiros elementos de análise está no fato de ter-se um número significativo de docentes com doutorado que não estão vinculados a nenhum programa de pós-graduação, seja pelo receio da sobrecarga de trabalho resultante dessa atividade ou por não preencherem

os exigentes requisitos decorrentes do modelo de avaliação imposto pela CAPES. Viu-se que com a expansão das Universidades, o aumento do número de programas de pós-graduação foi também significativo, ou seja, houve um incremento considerável no número de estudantes titulados. Porém, quando estas pessoas ingressam como docentes, sobretudo nos novos campi ou novas universidades, de algum modo são desestimulados a continuar suas pesquisas, seja por falta de infraestrutura ou pela inexistência de programas de pós-graduação estabelecidos. Considerando também que a realização de um doutorado implica um grande esforço pessoal e também um alto investimento público, essa questão deveria estar presente nos debates sobre o trabalho dos docentes de ensino superior.

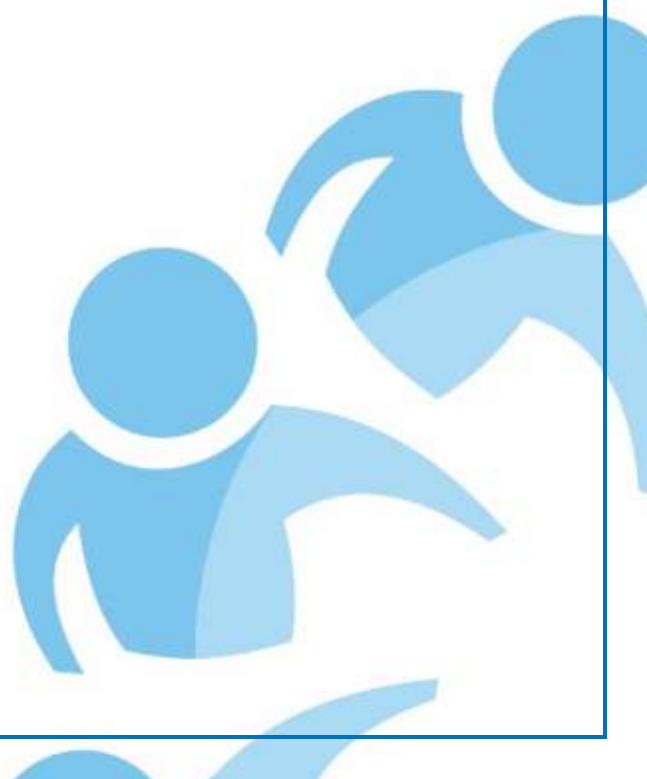
Ao fazer uma leitura pelo olhar da Epidemiologia Crítica, pode-se notar que os docentes apresentam diversos processos protetores associados ao trabalho na pós-graduação, dentre eles: a possibilidade de realizar pesquisas, de formar novos pesquisadores e de cumprir suas funções como docente de ensino superior. Outro elemento importante que pode ser deduzido das respostas é a importância da manutenção do regime de dedicação exclusiva para que o docente possa dar conta dos compromissos da pós-graduação e da sobrecarga de trabalho deles decorrente, pois, como sinalizado pelos próprios docentes, muitos não solicitam ingresso na pós-graduação já pelo excesso de trabalho nas demais atividades acadêmicas. Cabe então questionar, dentre os docentes que conseguem se manter em um programa de pós-graduação, o custo pessoal exigido em termos de carga de trabalho no cotidiano laboral.

No que se refere à saúde docente, os resultados evidenciam que a percepção da pressão por metas aumenta para os docentes que estão vinculados a programas de pós-graduação. Entretanto, de forma aparentemente contraditória, somente menos de um terço desses docentes consideram essas metas abusivas. Essa contradição se torna mais evidente quando quase metade dos docentes indicam que as metas da pós-graduação degradam sua saúde. Uma primeira possível explicação para isto está no fato que, no ambiente universitário, a cultura de produtividade, de competitividade e de metas está naturalizada e foi subsumida das dimensões geral e particular, uma vez que ela é parte integrante da atual fase de acumulação do modelo capitalista. Os docentes apenas percebem seus efeitos, mas não estabelecem relações entre essa cultura e a piora de suas condições de saúde. Para confirmar essa hipótese, já apresentada na revisão bibliográfica, percebe-se também na análise dos dados que quase metade dos docentes vinculados a programas de pós-graduação fazem tratamento de saúde com prescrição médica, para doenças cardiovasculares ou para saúde mental.

A guisa de conclusão, a atividade de pesquisa e pós-graduação, nas universidades públicas federais, se constitui um espaço dialético, em que estão presentes tanto processos

críticos protetores quanto destrutivos, pois, de um lado, permite aos docentes exprimir sua criatividade na pesquisa e na formação de novos pesquisadores, mas, por outro lado, está submetida a um modelo de avaliação produtivista, competitivo, meritocrático, que implica estresse e sobrecarga de trabalho. Outro elemento importante a considerar é que parte desta análise pode ser desdobrada para as condições de saúde dos estudantes de pós-graduação, uma vez que estes estão também sujeitos a vários dos processos de determinação social da saúde que atingem os docentes. Além disso, parte significativa das metas de produtividade científica são transferidas aos estudantes de pós-graduação, o que também pode explicar estas metas não serem consideradas abusivas por muitos docentes. Acredita-se que esse é um estudo necessário a ser realizado, principalmente com a presença recorrente de notícias de adoecimento, suicídios e tentativas de suicídio entre estudantes de pós-graduação.

As próximas etapas deste trabalho de pesquisa serão a inclusão de novas análises baseadas na coleta de dados, a identificação de processos críticos protetores e destrutivos relativos às demais atividades acadêmicas, a vinculação destes às diferentes dimensões da vida social e a elaboração da matriz de processos críticos. Este trabalho busca contribuir na construção pautas de luta e de ação, a serem travadas nos diferentes âmbitos: societárias, nos programas governamentais, dentro de cada universidade, nos programas de pós-graduação e também nas escolhas individuais de cada docente.



REFERÊNCIAS

- Battini, O. (2011). *Produtividade acadêmica e políticas avaliativas no ensino superior: intensificação do trabalho e descaracterização da identidade docente no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, Brasil.
- Bernardo, M. H. (2014). Produtivismo e precariedade subjetiva na universidade pública: o desgaste mental dos docentes. *Psicologia & Sociedade*, 26, 129–139. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500014>
- Bianchetti, L., & Machado, A. M. N. (2010). Reféns da produtividade: sobre produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação, *Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 30.
- Bosi, A. P. (2007). A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Educação & Sociedade*, 28(101), 1503–1523. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000400012>
- Breilh, J. (2010). La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. *Salud Colectiva*, 6(1), 83-101. <https://doi.org/10.18294/sc.2010.359>
- Breilh, J. (2013). La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, 31(s. 1), 13-27. http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-386X2013000400002&lng=en&tlng=es
- Campos, F. J. S. (2011). *Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior, Universidade Federal do Pará*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil.
- Coutinho, M. C., Del Magro, M. L. P., & Budde, C. (2011). Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. *Psicologia: teoria e prática*, 13(2), 154–167. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n2/v13n2a12.pdf>
- Dessibourg, O. (2005, 27 de dezembro). Publier ou périr: le destin des chercheurs. *Le Temps*, <https://www.letemps.ch/societe/publier-perir-destin-chercheurs>
- Horta, J. S. B., & Moraes, M. C. M. (2005). O sistema CAPES de avaliação da pós-graduação: da área de educação à grande área de ciências humanas. *Revista Brasileira de Educação*, 30, 95–116. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000300008>
- Léda, D. B. (2006). Trabalho Docente no Ensino Superior sob o Contexto das Relações Sociais Capitalistas, *Anais do 29ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, 29.
- Léda, D. B., & Mancebo, D (2009). REUNI: o contrato de gestão na reforma da educação superior pública. Em Chaves, V. L. J., Cabral Neto, A., & Nascimento, I. V. (Org.). *Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios* (pp. 49-67). Xamã.

- Lemos, D. (2011). Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições, *Caderno CRH*, 24(1), 105–120. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400008>
- Lima, M. F., & Struwka, S. (2010). Considerações sobre o neoliberalismo e o trabalho docente no ensino superior, *Anais do VII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Sociabilidade*, Marília, São Paulo, Brasil.
- Lopes, M. C. R. (2006). "Universidade produtiva" e trabalho docente flexibilizado. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(1), 35–48. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v6n1/v6n1a04.pdf>
- Machado, A. M. N., & Bianchetti, L. (2011). (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. *Revista de Administração de Empresas*, 51(3), 244–254. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000300005>
- Maciel, A. S., & Mazzilli, S. (2010). Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. *Anais da 33ª reunião anual da ANPED*, Caxambu. Minas Gerais, Brasil. <http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>
- Maués, O. (2010). A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. *Educar em Revista*, 1(ne), 141–160. <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/20468/13748>
- Mendes, L., Chaves, C. J. A., Santos, M. C., & Mello Neto, G. A. R. (2007). Da arte ao ofício: vivências de sofrimento e significado do trabalho de professor universitário. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 527–556. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/15.pdf>
- Pinto e Silva, E., & Silva Júnior, J. R. (2010). Estranhamento e Desumanização nas Relações de Trabalho na Instituição Universitária Pública. *Revista HISTEDBR On-line*, 38, 223–238. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38e/art14_38e.pdf
- Porto, M. C. S. (2009). Estado Assistencialista e questão social no Brasil pós- Constituinte. *Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para as políticas sociais*, 2009, São Luís, Maranhão, Brasil, 4. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf
- Ruza, F. M. (2017). *Trabalho e subjetividade do professor da pós-graduação da UNESP o sentido do trabalho e as relações entre sofrimento e prazer*. [Tese de doutorado]. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, Brasil.
- Santana, O. A. (2011). Docentes de pós-graduação: grupo de risco de doenças cardiovasculares, *Acta Scientiarum. Education*, 33(2), 219-226. <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v33i2.13569>
- Sguissardi, V., & Silva Júnior, J. R. (2009). *Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico*. Xamã.
- Silva Júnior, J. R., Sguissardi, V., & Pinto e Silva, E. (2010). Trabalho Intensificado na universidade pública brasileira. *Educação superior no Brasil: tempos de internacionalização*. Xamã.

- Souza, C. D., Filippo, D., & Casado, E. S. (2018). Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 23(1), 126-156. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000100008>
- Valle, A. S. (2014). *Trabalhadores técnicos-administrativos em educação da UFMG: inserção institucional e superação da subalternidade*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.
- Traina-Chacon, J. M., & Calderón, A. I. (2015). A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. *Revista iberoamericana de educación superior*, 6(17), 78-100. <https://doi.org/10.1016/j.rides.2015.10.004>
- Zaia, R. E. M. (2008). O capitalismo acadêmico. *Anais do V Colóquio de Pesquisa Sobre Instituições Escolares*, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Zanin, F. C., Freitas, J. A. R., Kunzle, L. A. & Tostes, R. A. (2013). REUNI no campus de Palotina da UFPR: trabalho docente e ação sindical. *Universidade e Sociedade*, 51, 74-83.

